

**JOSÉ ANTONIO SAVARIS
FLAVIA DA SILVA XAVIER**

MANUAL DOS RECURSOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

Prefácio:

Ministro do STF Teori Albino Zavascki

4ª Edição - Revista e Atualizada

JURUÁ
EDITORA

SUMÁRIO

PARTE I

INTRODUÇÃO AOS RECURSOS CÍVEIS NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E NOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA

Capítulo 1 – ELEMENTOS DA TEORIA GERAL DOS RECURSOS	29
1.1 Conceito e natureza jurídica do recurso	30
1.2 Fontes normativas dos recursos nos Juizados Especiais	32
1.3 Constituição da República como fundamento do sistema recursal	34
1.4 Fontes normativas dos recursos no âmbito dos Juizados Especiais	38
1.4.1 Aplicação subsidiária do CPC	40
1.5 Princípios informadores do sistema recursal brasileiro	43
1.5.1 Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	43
1.5.2 Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias	44
1.5.3 Princípio da taxatividade dos recursos	45
1.5.4 Princípios da singularidade e da correlação do recurso	47
1.5.5 Princípio da fungibilidade dos recursos	49
1.6 Princípios dos Juizados Especiais Federais	53
1.6.1 Princípio da oralidade	54
1.6.2 Princípio da simplicidade	57
1.6.3 Princípio da informalidade	58
1.6.4 Princípio da economia processual	60
1.6.5 Princípio da celeridade	61
1.7 Aplicabilidade dos princípios do sistema recursal nos Juizados Especiais	62
1.8 Pressupostos de admissibilidade dos recursos em geral	64
1.8.1 Cabimento do recurso	65

1.8.2	Legitimação para recorrer	66
1.8.3	Interesse recursal	68
1.8.4	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	70
1.8.5	Tempestividade, regularidade formal e preparo	71
1.8.6	Pertinência material do recurso em relação à decisão	71
1.9	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	72
1.10	Efeitos dos recursos	75
1.11	Classificação dos recursos	77
1.12	Recurso adesivo – cabimento nos Juizados Especiais	79

Capítulo 2 – ÓRGÃOS COLEGIADOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS83

2.1	Turmas Recursais	84
2.1.1	Composição das Turmas Recursais	85
2.1.2	Competência das Turmas Recursais	86
2.2	Turmas Regionais de Uniformização	88
2.2.1	Composição das Turmas Regionais de Uniformização	89
2.2.2	Competência das Turmas Regionais de Uniformização	91
2.3	Turma Nacional de Uniformização	92
2.3.1	Composição da Turma Nacional de Uniformização	93
2.3.2	Competência da Turma Nacional de Uniformização	93
2.4	Órgãos colegiados nos Juizados Especiais da Fazenda Pública	95

PARTE II

FIGURAS RECURSAIS NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS

Capítulo 3 – RECURSO CONTRA SENTENÇA	99	
3.1	Legitimidade para recorrer	102
3.2	Interesse recursal	103
3.3	Prazo de interposição	105
3.4	Forma de interposição e preparo	106
3.5	Representação por advogado	108
3.6	Efeitos da interposição do recurso contra a sentença	110
3.7	Limites do conhecimento pela instância <i>ad quem</i>	113
3.8	A ausência de reexame necessário	114
3.9	A confirmação pelos próprios fundamentos e o dever de motivar as decisões judiciais	116

3.9.1	Simplicidade, celeridade e informalidade nos Juizados Especiais e o dever de fundamentação	120
3.10	Decisão monocrática do relator	122
3.11	Condenação no pagamento das verbas de sucumbência	123
	Quadro sinóptico: Recurso contra sentença	129

Capítulo 4 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO131

4.1	Hipóteses de cabimento	131
4.2	Omissão sobre ponto relevante	132
4.3	Contradição interna do julgado	135
4.4	Obscuridade e dúvida advinda da decisão	136
4.5	Prazo e forma para interposição	137
4.6	Legitimidade e interesse para embargar	139
4.7	Cabimento dos embargos de declaração contra decisão interlocutória	141
4.8	Suspensão e interrupção do prazo para interposição de recurso	142
4.9	Atribuição excepcional de efeito infringente	146
4.10	Erro material e erro de fato	148
4.11	Embargos de declaração e prequestionamento	152
4.12	Embargos de declaração, ausência de integração e a anulação de acórdão de turma recursal	154
	Quadro sinóptico: Embargos de declaração	156

Capítulo 5 – RECURSO CONTRA DECISÃO QUE APRECIA TUTELA DE URGÊNCIA157

5.1	Pressupostos de cabimento	159
5.1.1	Prazo para interposição	159
5.1.2	Legitimidade recursal	161
5.2	Medida cautelar ou tutela antecipada concedida em sentença	163
5.3	Juízo de retratação	165
	Quadro sinóptico: Recurso contra medida cautelar	166

PARTE III

FIGURAS RECURSAIS NAS INSTÂNCIAS EXTRAORDINÁRIAS

Capítulo 6 – INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO E SEUS PRESSUPOSTOS GERAIS DE CABIMENTO169

6.1	A função paradigmática dos incidentes de uniformização no sistema recursal dos Juizados Especiais	174
6.2	Pressupostos gerais de cabimento dos incidentes de uniformização	180
6.2.1	Legitimidade para interposição dos incidentes de uniformização	180
6.2.2	Interesse para interposição dos incidentes de uniformização	181
6.2.3	Prazo de interposição dos incidentes de uniformização	186
6.2.4	A divergência na interpretação acerca de questões de direito material	187
6.2.4.1	Atualidade da divergência na interpretação da lei federal	189
6.2.4.2	Configuração da similitude fático-jurídica entre a decisão recorrida e o acórdão paradigma	191
6.2.5	Decisão proferida por Turmas Recursais	195
6.2.6	Interpretação da lei em questões de direito material	198
6.2.6.1	Questões de fato, reexame de prova e nova qualificação jurídica da prova	202
6.2.6.2	Incidente de uniformização e erro evidente de turma recursal na apreciação da prova	211
6.2.6.3	Impossibilidade de discussão de matéria processual	213
6.2.7	Imprescindibilidade de prequestionamento	222
Capítulo 7 – OUTRAS CARACTERÍSTICAS COMUNS AOS INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO		
7.1	Efeitos da interposição do incidente de uniformização	227
7.2	Efeitos da decisão proferida em incidente de uniformização	230
7.2.1	Efeito interno da decisão uniformizadora	231
7.2.2	Efeito externo da decisão uniformizadora	233
7.3	Interposição simultânea de incidentes de uniformização	238
7.4	Juízo de admissibilidade e agravo da decisão que inadmite incidente	240
7.5	Limites de devolução dos incidentes de uniformização	243
7.6	Retenção de incidentes de uniformização idênticos	244
7.7	Juízo de adequação e juízo de retratação do julgado	249
7.8	Decisão monocrática em incidentes de uniformização	251
Capítulo 8 – INCIDENTES DE UNIFORMIZAÇÃO EM ESPÉCIE		
8.1	Incidentes de Uniformização dos Juizados Especiais Federais	255

8.1.1	Incidente de uniformização regional	255
8.1.1.1	Pressupostos específicos do incidente de uniformização regional	256
8.1.2	Incidente de uniformização nacional	257
8.1.2.1	Pressupostos específicos do incidente de uniformização nacional	258
8.1.2.1.1	Divergência entre decisões de turmas de diferentes Regiões	259
8.1.2.1.2	Contrariedade à jurisprudência dominante do STJ	261
8.1.2.2	Juízo de adequação pela turma de origem	266
8.1.3	Incidente de uniformização para o Superior Tribunal de Justiça	267
8.1.3.1	Amparo constitucional do incidente de uniformização dirigido ao STJ	267
8.1.3.2	Pressupostos específicos de cabimento	269
8.1.3.3	Efeito externo do incidente de uniformização dirigido ao STJ	271
8.1.3.4	Regulamentação do incidente de uniformização dirigido ao STJ	272
8.1.4	Consulta em questão de direito processual	274
8.2	Os incidentes de uniformização dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei 12.153/09)	280
8.2.1	O incidente de uniformização estadual da Lei 12.153/09	280
8.2.2	Os incidentes de uniformização dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça da Lei 12.153/09	282
Quadros sinópticos: Incidente de uniformização regional		285
Incidente de uniformização nacional		286
Incidente de uniformização dirigido ao STJ		287
Capítulo 9 – RECURSO EXTRAORDINÁRIO		
9.1	Pressupostos de cabimento	290
9.1.1	A ofensa direta ao texto constitucional	292
9.1.2	O esgotamento das vias recursais ordinárias	294
9.1.3	O prequestionamento da questão constitucional na decisão recorrida	296
9.1.4	A repercussão geral da questão constitucional discutida no recurso	298
9.2	Juízo de admissibilidade e retenção dos recursos extraordinários	299
Quadro sinóptico: Recurso extraordinário		302

**PARTE IV
OUTRAS FORMAS IMPUGNATIVAS DE DECISÕES NOS
JUIZADOS ESPECIAIS**

Capítulo 10 – MANDADO DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	305
10.1 Pressupostos de cabimento do mandado de segurança contra ato jurisdicional	306
10.2 Pressupostos de cabimento do mandado de segurança contra ato jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais	309
10.3 Competência do mandado de segurança contra ato de juiz do Juizado Especial Federal	315
10.4 Procedimento do mandado de segurança nas Turmas Recursais	319
10.5 Impugnação de decisão da Turma Recursal em sede de mandado de segurança	321
10.6 Correição parcial e mandado de segurança no âmbito dos Juizados Especiais	322
Capítulo 11 – O INSTITUTO DA RECLAMAÇÃO	325
Capítulo 12 – A REVISÃO DA COISA JULGADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS	329
12.1 A vedação da ação rescisória como restrição ao direito fundamental a um processo justo	330
12.1.1 O direito fundamental a um processo justo	331
12.1.2 Direitos fundamentais como princípios	336
12.1.3 Categorização das restrições segundo sua previsão constitucional	339
12.1.4 Colisão de direitos fundamentais – a ponderação dos valores envolvidos no caso concreto	342
12.1.5 Proporcionalidade como passo fundamental à análise da legitimidade da restrição	346
12.1.5.1 A máxima da adequação ou conformidade	349
12.1.5.2 A máxima da necessidade da medida restritiva	349
12.1.5.3 A máxima da proporcionalidade no sentido estrito	350
12.1.5.4 A preservação do núcleo essencial do direito fundamental	351
12.1.6 A restrição ao uso de ação rescisória nos Juizados Especiais <i>vis a vis</i> do direito fundamental à proteção judicial	356
12.2 Quebra da coisa julgada nos Juizados Especiais	357

Capítulo 13 – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA JURÍDICA

13.1 Contornos para identificação de sentença juridicamente inexistente	365
13.2 Meios de impugnação de sentença juridicamente inexistente	367

**PARTE V
MEIOS DE IMPUGNAÇÃO NOS
JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS**

Capítulo 14 – RECURSOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	373
14.1 Recurso de apelação	374
14.2 Embargos de declaração	378
14.3 <i>Habeas corpus</i>	380
14.4 Revisão criminal	386

APÊNDICE

LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS – REGIMENTO INTERNO DA TNU – SÚMULAS DA TNU – QUESTÕES DE ORDEM DA TNU	
LEI 10.259, DE 12.07.2001	391
RESOLUÇÃO 22, DE 04.09.2008	397
SÚMULAS DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO	409
QUESTÕES DE ORDEM DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO	417
REFERÊNCIAS	423
ÍNDICE ALFABÉTICO	431